



**719ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
AMPLIADA DO CONSELHO FEDERAL
DE ECONOMIA, REALIZADA NOS
DIAS 27 E 28 DE JANEIRO DE 2023, EM
BRASÍLIA-DF.**

PARTICIPANTES: Os economistas Paulo Dantas da Costa – presidente; Eduardo Rodrigues da Silva – vice-presidente; Antonio Corrêa de Lacerda, Antonio de Pádua Ubirajara e Silva, Carlos Alberto Safatle, Carlos Roberto de Castro, Clovis Benoni Meurer, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Flávia Vinhaes Santos, Heric Santos Hossoé, João Manoel Gonçalves Barbosa, Lauro Chaves Neto, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Maria de Fátima Miranda, Maurílio Procópio Gomes, Mônica Beraldo Fabrício da Silva, Paulo Roberto Polli Lobo e Teresinha de Jesus Ferreira da Silva – conselheiros federais. Esteve presente o conselheiro federal suplente, Júlio Flávio Gameiro Miragaya. Presentes também os presidentes dos Conselhos Regionais de Economia: Marcelo Pereira Fernandes, do Corecon-RJ; Pedro Afonso Gomes, do Corecon-SP; André Lima de Moraes, do Corecon-PE; Celso Machado, do Corecon-PR; André Luiz Koerich, do Corecon-SC; Igor Macedo de Lucena, do Corecon-CE; Pablo Damasceno Reis, do Corecon-PA/AP; Valquíria Aparecida Assis, Corecon-MG; José Luiz Pagnussat, Corecon-DF; Marcello Apolônio Duailibe Barros, do Corecon-MA; Josélia Souza de Brito, do Corecon-SE; Kerssia Preda Kamenach, do Corecon-GO; Marcos Frederico Carreras Simões, do Corecon-RN; Hudson Garcia da Silva, do Corecon-MS; Celso Pinto Manguiera, do Corecon-PB; Valmir Martins Falcão Sobrinho, do Corecon-PI; Aldenir Gomes Paiva, do Corecon-AC; Julio Cezar Ramos Nogueira, do Corecon-RO; Luso Albateno Alves Guimarães, do Corecon-TO; e Cícero Ivo Moura Bezerra Júnior, do Corecon-RR. Presentes os vice-presidentes dos Conselhos Regionais de Economia: Bruno Nogueira Lanzer, do Corecon-RS; Isabel de Cássia Santos Ribeiro, do Corecon-BA; Márcio Paixão Ribeiro, do Corecon-AM; e Luiz Batista Alves, do Corecon-GO. Participaram de forma virtual os presidentes dos Conselhos Regionais de Economia: Marcos Antônio Moreira Calheiros, do Corecon-AL; Evaldo Silva, do Corecon-MT; e Claudeci Pereira Neto, do Corecon-ES. Presentes, ainda, a equipe de apoio do Cofecon: Aline Tales Ferreira, Superintendente; Fábio Ronan Miranda Alves, Procurador-Geral; Ana Cláudia Ramos Pinto, Coordenadora; Renata Reis Almeida, Coordenadora de Comunicação; Jane Lopes da Silva, Keliane Souza de Jesus, Luiza Rodrigues Borges e Rielisson Barbosa de Moura, Assessores; e Luiz Gustavo Pereira de Sousa, estagiário do setor de tecnologia da informação. *(áudio, manhã, 27.01.2023 – 00:44:37 – 02:34:36)*

1. ABERTURA DA SESSÃO. Às 10h21(dez horas e vinte e um minutos) do dia 27 de janeiro de 2023, em Brasília-DF, o presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, iniciou a sessão. *1.1. Justificativas de ausência e votação.* Conselheiros Federais: Não houve ausências. Presidentes dos conselhos regionais de economia: o presidente do Corecon-RS, Guilherme Stein, por compromissos profissionais, substituído pelo vice-presidente, Bruno





COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

**Economista
registrado** 
melhor para o Brasil

Nogueira Lanzer; o presidente do Corecon-BA, Gustavo Casseb Pessoti, por compromissos profissionais, substituído pela vice-presidente Isabel de Cássia Santos Ribeiro; e o presidente do Corecon-AM, Marcus Anselmo da Cunha Evangelista, substituído pelo vice-presidente Márcio Paixão Ribeiro. **2. Expediente.** *2.1 Ata da sessão plenária anterior: leitura, emendas e aprovação da ata da 718ª Sessão Plenária Ordinária, realizada nos dias 9 e 10 de dezembro de 2022; a minuta foi enviada por mensagem eletrônica e aprovada por unanimidade. 2.2. Informes da Presidência, representação institucional e participação em eventos;* o presidente Paulo Dantas da Costa, no dia 19 de janeiro de 2023, participou da solenidade de posse dos conselheiros eleitos para o triênio 2023/2025 e da presidência eleita para o exercício de 2023 do Corecon-CE, em Fortaleza-CE. Colaboradores: no dia 13 de dezembro de 2022 a superintendente do Cofecon, Aline Tales Ferreira, o procurador-geral do Cofecon, Fábio Ronan Miranda Alves e a coordenadora de comunicação, Renata Reis Almeida, participaram da 91ª Reunião Ordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, representando o Cofecon, na sede do Conselho Federal de Administração, em Brasília-DF. **Matérias e Entrevistas: Presidente Paulo Dantas da Costa.** No dia 5 de janeiro, o presidente concedeu entrevista à Agência RadioWeb sobre a defasagem na tabela do imposto de renda. **Matérias e Entrevistas: Antonio Corrêa de Lacerda, presidente no exercício de 2022:** no dia 09/12, participou do programa TV GGN 20 Horas, transmitido via *YouTube* por meio do canal TV GGN, convidado pelo jornalista Luís Nassif, para falar sobre o livro Reindustrialização, que teve seu lançamento na segunda-feira seguinte (12); no dia 14/12 participou de entrevista sobre a economia no terceiro governo de Lula, ao programa Jornal Gente, da Rádio Bandeirantes; e no dia 19/12 foi ouvido pelo *SBT News* para falar sobre o desempenho de Paulo Guedes como ministro da Economia nos últimos quatro anos. A matéria publicada diz que o legado do ex-ministro divide especialistas. **Matérias e Entrevistas. Cofecon e Conselheiros federais:** No dia 7/12 o conselheiro Paulo Dantas da Costa falou à agência Radioweb sobre a alteração nas alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A matéria, da repórter Rafaella Martinez, abordou a proposta do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos estados e do Distrito Federal de aumentar a alíquota média do tributo para 2023 em quatro pontos percentuais, de 17,5% para 21,5%; no dia 08/12 a conselheira federal Ana Claudia Arruda foi ouvida pelo portal Brasil 61 sobre a queda nos preços dos combustíveis anunciada pela Petrobras no dia anterior; no dia 12/12 o conselheiro federal Lauro Chaves Neto publicou o artigo “Indústria 4.0 é realidade”, veiculado no jornal O Povo; no dia 14/12 o conselheiro federal Fernando de Aquino, coordenador da Comissão de Política Econômica do Cofecon, na matéria “O Estado é indispensável na economia”, da agência Radioweb, afirmou que os resultados da pesquisa refletem a polarização de ideias nas redes sociais, mas não expressam as necessidades do País; no dia 14/12: IPCA desacelera em novembro. Segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial do país desacelerou em novembro e ficou em 0,41%. No ano, o Índice acumula alta de 5,13%. A conselheira federal Ana Claudia Arruda falou à agência Radioweb e apontou que a Black Friday, ocorrida no último dia 25 de novembro, pode ter contribuído de forma positiva para a redução da inflação; no dia 20/12 a conselheira federal Ana





COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

**Economista
registrado** 
melhor para o Brasil

Claudia Arruda foi ouvida pela rádio CBN Recife, no programa Conversa das 15, para fazer um balanço da economia brasileira em 2022. A conselheira destacou a necessidade de recuperar a capacidade do Estado planejador; no dia 21/12 o conselheiro Federal Lauro Chaves Neto teve uma análise publicada no jornal O Povo. Ele comentou a notícia da aprovação, em primeiro turno, do texto-base da PEC da Transição. A proposta do relator prevê a redução de dois para um ano na validade da ampliação do teto em R\$ 145 bilhões para garantir o pagamento do Bolsa Família de R\$ 600; no dia 03/01 o Presidente do Corecon-BA, Gustavo Casseb Pessoti, participou da matéria ‘Economia baiana deve superar a brasileira em 2023’, no Portal BaDeValor; no dia 03/01, em entrevista ao Brasil 61, o conselheiro federal Fernando de Aquino Fonseca Neto abordou a necessidade de um novo arcabouço fiscal; no dia 10/01 o conselheiro federal Lauro Chaves Neto publicou no jornal O Povo artigo sobre o tema “2023: planejamento e incerteza”; no dia 11/01 o conselheiro federal Fernando de Aquino Fonseca Neto falou ao portal Brasil 61 sobre a volta do pagamento do programa Auxílio Gás no mês de fevereiro. O benefício, concedido a 5,9 milhões de pessoas, será depositado a cada dois meses, no valor médio do botijão de 13 kg – que, em dezembro, foi de R\$ 112,00; no dia 13/01 o conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda comentou no Jornal da Cultura o pacote fiscal, o rombo das Lojas Americanas, gastos com cartões corporativos, inflação de alimentos, entre outros temas; no dia 16/01 o presidente do Corecon-BA e conselheiro federal Gustavo Casseb Pessoti teve o artigo “Por uma nova Política Econômica para a Bahia” publicado no jornal A Tarde; no dia 17/01 o conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda concedeu entrevista à Rede Brasil Atual para falar sobre seu livro “Reindustrialização: para o desenvolvimento brasileiro”. A obra teve seu lançamento em dezembro, na Livraria da Vila, em São Paulo; no dia, 17/01, durante a apresentação da nova presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, o presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva declarou desejar que a instituição faça uma oferta recorde de crédito consignado. O conselheiro federal e presidente do Corecon-BA Gustavo Casseb Pessoti analisou o assunto e afirmou à Agência Radioweb que não considera esta uma boa medida; no dia 18/01 o conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda falou à Rádio Bandeirantes sobre os processos para uma reforma tributária no governo Lula. Ele concedeu entrevista ao programa Jornal Gente; no dia 20/01 o blog Painel, da Folha de S.Paulo, publicou que o conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda fará parte de uma comissão de estudos especiais para assessorar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em projetos de longo prazo. O grupo deverá ser instituído em fevereiro e será dirigido pelo economista André Lara Resende; e no dia 23/01 o conselheiro federal Fernando de Aquino Fonseca Neto publicou artigo intitulado “Responsabilidade fiscal: possíveis consensos”. 2.3. *Correspondências relevantes*; a relação de correspondências recebidas e enviadas foi encaminhada por mensagem eletrônica aos conselheiros federais. Não houve manifestação sobre o item. 2.4. *Apresentação dos novos conselheiros empossados*; o presidente Paulo Dantas da Costa relacionou os conselheiros federais empossados para o período 2023-2025: Carlos Alberto Safatle (reconduzido), Carlos Roberto de Castro, Flávia Vinhaes Santos, Maria de Fátima Miranda(reconduzida), Mônica Beraldo Fabrício da Silva (reconduzida) e Paulo Roberto Polli Lobo (reconduzido) como





COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

**Economista
registrado** 
melhor para o Brasil

conselheiros efetivos; e Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Denise Kassama Franco do Amaral, Gilson de Lima Garófalo, José Souza de Brito, Omar Corrêa Mourão Filho (reconduzido) e Vicente Ferrer Augusto Gonçalves como conselheiros suplentes. **2.5. Informes dos conselheiros federais.** A conselheira federal, Mônica Beraldo Fabrício da Silva informou que esteve presente na primeira plenária do Corecon-DF, logo após o processo de escolha do representante do Regional no Cofecon. Renovou compromisso de participar das sessões plenárias daquele Conselho Regional. E recebeu homenagem na Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal, na qual formou-se há 40 anos. **3. Relatório de Gestão 2022. 3.1 Apresentação da Minuta do Relatório de Gestão 2022;** O conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda informou que a minuta do relatório de gestão 2022 encontra-se na pasta dos conselheiros presentes. Após a exposição do Relatório de Gestão 2022, solicitou a todos que se manifestassem no prazo para posterior publicação e encaminhamento ao Tribunal de Contas da União. **4. Ordem do Dia. 4.1. Aprovação do Programa de Trabalho para o exercício de 2023 (Processo nº 20.385/2023);** o presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, informou que a minuta do programa foi entregue aos presentes. Realizou a apresentação e leitura e, após as sugestões de contribuição, o programa de trabalho foi aprovado. **4.2. Definição dos coordenadores das Comissões Permanentes, Temáticas e dos Grupos de Trabalho (Processo nº 20.385/2023);** o presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, relatou as comissões permanentes do Cofecon, sendo aprovados os seguintes nomes: **1. Comissão de Tomada de Contas.** Efetivos: Maurílio Procópio Gomes (Presidente), João Manoel Gonçalves Barbosa e Paulo Roberto Polli Lobo. Suplentes: Antonio de Pádua Ubirajara e Silva, Heric Santos Hossoé e Teresinha de Jesus Ferreira da Silva. Interface Cofecon: Antonio Tolentino. **2. Comissão de Licitação.** Efetivos: Antônio de Pádua Ubirajara e Silva (Presidente), Lilian de Souza Barbosa e Rielisson Barbosa de Moura. Suplentes: João Manoel Gonçalves Barbosa e Jane Lopes da Silva. Interface Cofecon: Ana Cláudia Ramos Pinto. Na sequência, o presidente do Cofecon relacionou as demais comissões e grupos de trabalho do Cofecon para aprovação. **3. Política Econômica.** Membros: Fernando de Aquino Fonseca Neto (Coordenador), Eduardo Rodrigues da Silva (Vice-coordenador), Antonio Corrêa de Lacerda, Heric Santos Hossoé, João Manoel Gonçalves Barbosa, Júlio Flávio Gameiro Miragaya, Lauro Chaves Neto, Paulo Roberto Polli Lobo, Ricardo Aquino Coimbra, Roberto Bocaccio Piscitelli, Róridan Penido Duarte, Tania Cristina Teixeira, Wellington Leonardo da Silva. Interfaces Cofecon: Aline Tales Ferreira, Renata Reis Almeida e Luiza Rodrigues Borges. **4. Relacionamento Institucional e Assuntos Legislativos.** Membros: Paulo Dantas da Costa (Coordenador), Eduardo Rodrigues da Silva (Vice-coordenador), Júlio Flávio Gameiro Miragaya, Lauro Chaves Neto e Mônica Beraldo Fabrício. Interfaces Cofecon: Aline Tales Ferreira, Fábio Ronan Miranda Alves e Renata Reis Almeida. **5. Educação.** Membros: Carlos Alberto Safatle (Coordenador), Maria de Fátima Miranda (Vice-coordenadora), Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Eliane Maria Martins, Heric Santos Hossoé e Maria Auxiliadora Sobral Feitosa. **Projetos da Comissão de Educação.** **Desafio Quero Ser Economista:** Carlos Alberto Safatle, Carlos Roberto de Castro, Gilson Lima Garófalo, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Maria de Fátima Miranda e Mônica Beraldo Fabrício. **Gincana**





COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

**Economista
registrado** 
melhor para o Brasil

Nacional de Economia: Carlos Alberto Safatle, Carlos Eduardo Soares de Oliveira Júnior, Denise Kassama Franco do Amaral e Kerssia Preda Kamenach. *Oficinas de Educação à Distância:* Carlos Alberto Safatle e Maria de Fátima Miranda. *Prêmio Brasil de Economia:* Carlos Alberto Safatle, Carlos Roberto de Castro, Gilson Lima Garófalo, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa e Mônica Beraldo Fabrício. Interfaces Cofecon: Aline Tales Ferreira, Jane Lopes da Silva, Luiza Rodrigues Borges, Raquel Passos da Silva Araújo, Renata Reis Almeida e Rielisson Barbosa de Moura. 6. *Comunicação.* Membros: Antonio Corrêa de Lacerda (Coordenador), Flávia Vinhaes Santos (Vice-coordenadora), Clovis Benoni Meurer, Denise Kassama Franco do Amaral, Gilson de Lima Garófalo, Júlio Flávio Gameiro Miragaya, Lauro Chaves Neto e Mônica Beraldo Fabrício. Interfaces Cofecon: Manoel José Castanho, Raquel Passos da Silva Araújo e Renata Reis Almeida. 7. *Governança: planejamento estratégico, transparência e LGPD.* Membros: Clovis Benoni Meurer (Coordenador), Mônica Beraldo Fabrício (Vice-coordenadora), Bruno Nogueira Lanzer, Eduardo Rodrigues da Silva, Heric Santos Hossoé, Lauro Chaves Neto, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Maria de Fátima Miranda e Maria do Socorro Erculano de Lima. Interfaces Cofecon: Aline Tales Ferreira, Ana Claudia Ramos Pinto, Fábio Ronan Miranda Alves e Keliane Souza de Jesus. 8. *Normas e Legislação.* Membros: Antônio de Pádua Ubirajara e Silva (Coordenador), Carlos Roberto Castro (Vice-coordenador), Fernando de Aquino Fonseca Neto, Pedro Afonso Gomes e Róridan Penido Duarte. Interfaces Cofecon: Aline Tales Ferreira, Fábio Ronan Miranda Alves, Daniel Nunes de Oliveira, Danielle Costa Barbosa Giroto e Jane Lopes da Silva. 9. *Fiscalização e Registro Profissional.* Membros: Paulo Roberto Polli Lobo (Coordenador), Maria de Fátima Miranda (Vice-coordenadora), Carlos Alberto Safatle, Clovis Benoni Meurer, João Manoel Gonçalves Barbosa, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa e Mônica Beraldo Fabrício. Interfaces Cofecon: Daniel Nunes de Oliveira, Danielle Costa Barbosa Giroto, Fábio Ronan Miranda Alves e Maria Aparecida Carneiro. 10. *Desenvolvimento Regional.* Membros: Lauro Chaves Neto (Coordenador), Heric Santos Hossoé (Vice-coordenador), Acilino Alberto Madeira Neto, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Frednan Bezerra dos Santos, Gilberto Coelho de Miranda Junior, Kerssia Preda Kamenach, Luso Albateno Alves Guimarães, Márcio Paixão Ribeiro, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Ricardo Valério Costa Menezes, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva e Valquíria Aparecida Assis. Interfaces Cofecon: Jane Lopes da Silva, Luiza Rodrigues Borges e Maria Aparecida Carneiro. 11. *Previdência Complementar do Economista e Cooperativa de Crédito.* Membros: João Manoel Gonçalves Barbosa (Coordenador), Carlos Roberto de Castro (Vice-coordenador), Fernando de Aquino Fonseca Neto e Pedro Afonso Gomes. Interfaces Cofecon: Luiza Rodrigues Borges, Maria Aparecida Carneiro e Renata Reis Almeida. 12. *Reforma Tributária.* Membros: Antonio Corrêa de Lacerda (Coordenador), Paulo Dantas da Costa (Vice-coordenador), Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Carlos Roberto de Castro, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Flávia Santos Vinhaes, Júlio Flávio Gameiro Miragaya e Odilon Guedes Pinto Júnior. Interfaces Cofecon: Jane Lopes da Silva, Luiza Rodrigues Borges e Manoel José Castanho. 13. *Perícia Econômico-Financeira, Mediação e Arbitragem.* Membros: Maria de Fátima Miranda (Coordenadora), Maria Auxiliadora Sobral Feitosa (Vice-coordenadora), André Luiz Koerich, Alex Antonio Andrade e Silva, Aristóteles da Rosa Galvão,





COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

**Economista
registrado** 
melhor para o Brasil

Eduardo André Cosentino, Gustavo da Cunha Raupp, José Marcos de Campos, Luiz Antonio Rubin, Marcos Matos Brito de Albuquerque Junior, Mônica Beraldo Fabrício, Paulo Roberto Godoy, Pedro Afonso Gomes, Tiago Jazynski e Vilma Guimarães. Interfaces Cofecon: Jane Lopes da Silva, Luiza Rodrigues Borges e Maria Aparecida Carneiro. 14. *Mulher Economista e Diversidade*. Membros: Teresinha de Jesus F. da Silva (Coordenadora), Flávia Vinhaes Santos (Vice-coordenadora), Alessandra Cocarelli Alves Ribeiro, Ana Cláudia Arruda Laprovitera, Celina Martins Ramalho, Clician do Couto Oliveira, Denise Kassama Franco do Amaral, Desirée Custódio Mota, Eliane Maria Martins, Fernanda Della Rosa, Isabel de Cassia Santos Ribeiro, Izabel Christina de Carvalho Colares Maia, Kellen Carvalho de Sousa Brito, Kerssia Preda Kamenach, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Maria Cristina de Araújo, Maria de Fátima Miranda, Maria do Socorro Erculano de Lima, Mônica Beraldo Fabrício da Silva, Tania Cristina Teixeira e Valquíria Aparecida Assis. Interfaces Cofecon: Aline Tales Ferreira, Jane Lopes da Silva, Luiza Rodrigues Borges e Renata Reis Almeida. 15. *Ações para Redução da Concentração de Renda e Desigualdade Social no Brasil*. Membros: Flávia Vinhaes Santos (Coordenadora), Antonio Corrêa de Lacerda (Vice-coordenador), Denise Kassama Franco do Amaral, Fabiola Andréa Leite de Paula, Heric Santos Hossoé, Júlio Flávio Gameiro Miragaya, Lauro Chaves Neto, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Maria do Socorro Erculano de Lima, Mônica Beraldo Fabrício da Silva, Odisnei Antônio Béga, Rosa Maria Marques e Teresinha de Jesus Ferreira da Silva. Interfaces Cofecon: Aline Tales Ferreira, Jane Lopes da Silva, Luiza Rodrigues Borges e Renata Reis Almeida. 16. *Negociação Funcional*. Membros: Eduardo Rodrigues da Silva (Coordenador), Antônio de Pádua Ubirajara e Silva (Vice-coordenador), João Manoel Gonçalves Barbosa, Mônica Beraldo Fabrício da Silva e Paulo Roberto Polli Lobo. Interfaces Cofecon: Ana Claudia Ramos Pinto, Antonio Tolentino e Fábio Ronan Miranda Alves. 17. *Eleitoral*. Membros: João Manoel Gonçalves Barbosa (Presidente), Eduardo Rodrigues da Silva (efetivo), Heric Santos Hossoé (efetivo), Maurílio Procópio Gomes (suplente), Maria Auxiliadora Sobral Feitosa (suplente) e Teresinha de Jesus Ferreira da Silva (suplente). Interfaces Cofecon: Aline Tales Ferreira, Ana Cláudia Ramos Pinto, Fábio Ronan Miranda Alves, Keliane Souza de Jesus e Rielisson Barbosa de Moura. 18. *Responsabilidade Social e Economia Solidária*. Membros: Teresinha de Jesus F. da Silva (Coordenadora), Maria de Fátima Miranda (Vice-coordenadora), Anderson Carlos Nogueira Oriente, Antonio Fernando Gomes Alves, Carlos Eduardo Soares de Oliveira Júnior, Cidoval Moraes de Sousa, Denise Kassama Franco do Amaral, Manuela Salau Brasil, Marcela Vieira Gonçalves (Cáritas), Marcelo Gomes Justo - Instituto Paul Singer, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Mônica Beraldo Fabrício da Silva e Tania Cristina Teixeira. Interfaces Cofecon: Aline Tales Ferreira, Jane Lopes da Silva e Renata Reis Almeida. Colaboradores: Renato Peixoto Dagnino, Sérgio Roberto Rodrigues e Marcos Antonio da Silva e Silva. 19. *XXV Congresso Brasileiro de Economia (CBE)*. Membros do Cofecon: Paulo Dantas da Costa (Presidente do Cofecon), Eduardo Rodrigues da Silva (Vice-Presidente do Cofecon) e outros membros a definir. Interfaces Cofecon: Aline Tales Ferreira, Jane Lopes da Silva e Renata Reis Almeida. Grupos de Trabalho. 1. *Situação patrimonial dos Corecons*. Membros: João Manoel Gonçalves Barbosa (Coordenador), Maurílio Procópio Gomes (Vice-coordenador), Frednan





COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

**Economista
registrado** 
melhor para o Brasil

Bezerra dos Santos e Heric Santos Hossoé. Interfaces Cofecon: Antonio Tolentino e Jane Lopes da Silva.

2. *Estatísticas Econômicas*. Membros: Flávia Vinhaes Santos (Coordenadora), Heric Santos Hossoé (Vice-coordenador), Clician do Couto Oliveira e José Antonio Lutterbach Soares. Interfaces Cofecon: Maria Aparecida Carneiro e Rielisson Barbosa de Moura.

3. *Concurso Público do Sistema Cofecon/Corecons*. Membros: Paulo Dantas da Costa (Coordenador) e Eduardo Rodrigues da Silva (Vice-coordenador). Interfaces Cofecon: Aline Tales Ferreira, Ana Claudia Ramos Pinto e Fábio Ronan Miranda Alves.

4. *Economista Empreendedor*. Membros: Lauro Chaves Neto (Coordenador), Clovis Benoni Meurer (Vice-Coordenador), Carlos Magno Andriolli Bittencourt, Eduardo André Cosentino, Gelton Pinto Coelho Filho, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Maria de Fátima Miranda, Max Fortunato Cohen, Rogério Vianna Tolfo e Tania Cristina Teixeira. Interfaces Cofecon: Jane Lopes da Silva, Luiza Rodrigues Borges e Maria Aparecida Carneiro.

5. *Articulações com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)*. Membros: Antônio de Pádua Ubirajara e Silva (Coordenador), Heric Santos Hossoé (Vice-coordenador), Antonio Corrêa de Lacerda, Carlos Alberto Safatle, Eduardo Rodrigues da Silva, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Lourival Batista de Oliveira Júnior e Róridan Penido Duarte. Interface Cofecon: Aline Tales Ferreira, Fábio Ronan Miranda Alves e Paulo Roberto Samuel Alves Júnior.

6. *Migração e implantação do Sistema Cadastral, Financeiro e Fiscal nos Conselhos Federal e Conselhos Regionais de Economia*. Membros: Eduardo Rodrigues da Silva (Coordenador) e Paulo Roberto Polli Lobo (Vice-coordenador). Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Ana Claudia Ramos Pinto, Fábio Ronan Miranda Alves e Keliane Souza de Jesus.

7. *Modernização Tecnológica Corecons*. Membros: Clovis Benoni Meurer (Coordenador), Paulo Roberto Polli Lobo (Vice-coordenador), Maria Auxiliadora Sobral Feitosa e Maria de Fátima Miranda. Interfaces Cofecon: Aline Tales Ferreira, Ana Cláudia Ramos Pinto, Fábio Ronan Miranda Alves e Keliane Souza de Jesus.

Conselho Editorial da Revista Economistas. Membros: Antonio Corrêa de Lacerda (Coordenador), Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera, Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Dércio Garcia Munhoz, Eduardo Rodrigues da Silva, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Gilson de Lima Garófalo, Heric Santos Hossoé, José Luiz Pagnussat, Júlio Flávio Gameiro Miragaya, Lauro Chaves Neto, Luiz Carlos Delorme Prado, Maria Cristina de Araújo, Paulo Dantas da Costa, Roberto Bocaccio Piscitelli, Róridan Penido Duarte, Sidney Pascoutto da Rocha e Wellington Leonardo da Silva. Interfaces Cofecon: Manoel José Castanho, Raquel Passos da Silva Araújo e Renata Reis Almeida.

4.3. *Posicionamento do Cofecon sobre o “Manifesto em apoio ao Estado Democrático de Direito”*. *Procedência/Interessado: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil*; Relator: conselheiro federal Antônio de Pádua Ubirajara e Silva. O relator efetuou a leitura do manifesto, que foi amplamente discutido e colocado em votação. Houve 14 (quatorze) votos favoráveis, 02 (duas) abstenções e 01 (um) voto contrário. Aprovada a adesão ao manifesto da Ordem dos Advogados do Brasil. (áudio, tarde, 27.01.2023 – 02:34:36 – 04:51:24).

5. Reunião Ampliada do Sistema Cofecon/Corecons.

5.1. *Síntese da reunião do Fórum dos Presidentes dos Conselhos Regionais de Economia ocorrida em 27/01/2023, das 9h às 12h*. Os itens pautados foram





conduzidos pelo coordenador e pelo secretário da reunião do fórum dos presidentes, Pedro Afonso Gomes, presidente do Corecon-SP, e André Luiz Koerich, presidente do Corecon-SC, respectivamente.

Tema 1: Relacionamento com estudantes de Economia. Propostas do Corecon-AL, Corecon-PB e Corecon-ES, respectivamente.

1.1. Estágios para estudantes do curso de economia. O fórum alterou para:

1.1 Disseminar Estágios para estudantes do curso de economia. Definir estratégias para melhor oferta de estágio. Definir e informar entidades, federações, grandes empresas para divulgar. Criar cadastro de estagiários. Verificar lei para contratação direta. Apoio para material publicitário do Cofecon; 1.2. Definir estratégias para melhor oferta de estágios para alunos de economia. Item incluso dentro da sugestão 1.1.

1.3. Aprovada pelo conselho do IFES a criação do curso de ciências econômicas, unidade do município de Cariacica, no Estado do Espírito Santo. Trata-se do primeiro curso de Ciências Econômicas no Brasil em um campus de um Instituto Federal. Esse item foi apenas comunicado.

Tema 2. Relacionamento com os profissionais Economistas, Mercado de Trabalho e Valorização Profissional. Propostas do Corecon-PB:

2.1. Definir estratégias de resultados para inserção do profissional de economia, principalmente os recém-graduados, no mercado de trabalho; 2.3. Organizar campanha de comunicação / publicitária sobre a profissão de economista ao longo de todo o ano (permanente), com o objetivo de valorizar a profissão junto ao mercado de trabalho e à população em geral; e 2.4. Atuação do Cofecon no sentido de quebrar as barreiras para atuação dos economistas onde há reserva de mercado para administradores e contadores. Abertura do mercado para as três profissões e deixar que a concorrência garanta as colocações no mercado de trabalho, considerando que os economistas se sobressaem. O Corecon-PI sugeriu:

2.5. Criação de resolução sugerindo às prefeituras contratar economistas na elaboração de instrumentos de planejamento: PPA (Plano Plurianual), LOA (Lei Orçamentária Anual) e LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias). O fórum sugeriu: Detalhar a norma da regulamentação da profissão referente à capacitação do Economista na elaboração instrumentos de planejamento: PPA (Plano Plurianual), LOA (Lei Orçamentária Anual) e LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias). Inserir na norma o que pode constar na certidão de competências. Detalhar o que Economista está apto a trabalhar nas prefeituras. Verificar projeto de Lei de São Paulo. Será necessário alterar Lei Orgânica dos Municípios. O Corecon-RO propôs:

2.6. Em parceria com todos os Corecons do Brasil e as Universidades públicas e privadas, promover entre abril e agosto de 2023 um Circuito Nacional de Encontros de Valorização da Profissão do Economista, apresentando, em grandes auditórios nas capitais e em outras cidades, para o público de estudantes de segundo grau e para empresários locais, o que faz e como faz o profissional de economia. Na programação conjunta o Cofecon, os Corecons e Universidades poderão desenvolver três ou quatro apresentações de 40 minutos e projetos relacionados com resultados na esfera pública e privada que envolvem os conhecimentos do profissional de economia. Promover ampla divulgação em rádios, jornais, blogs e TVs uma semana antes do evento. O Corecon-SE sugeriu:

2.7. Invasão de atribuições do economista por outras profissões. O fórum informou ser necessário maior esclarecimento das atividades privativas. O Corecon-PA/AP sugeriu:

2.8. Proposta junto ao MEC e demais órgãos da área de educação para que o economista possa ter a oportunidade de lecionar, através da Licenciatura, a disciplina educação





financeira. O fórum sugeriu a retirada desse item. O Corecon-PA/AP também sugeriu: 2.9. Parceria junto ao Conselho Federal de Engenharia, via Cofecon, para que o profissional economista participe dos projetos de infraestrutura no que tange a questão do impacto socioeconômico. O fórum mudou o item para o seguinte: Qualificar o profissional economista para que participe dos projetos de infraestrutura no que tange a questão do impacto socioeconômico, podendo ser parceiro do Engenheiro. *Tema 3: Relacionamento Institucional.* O Corecon-AL sugeriu o item: 3.1. Visitas a entidades tais como: Junta Comercial, AL Previdência, Federação das Indústrias, Banco do Nordeste, Fecomércio, Sebrae, UFAL, Seplag e Sedetur. O Corecon-CE sugeriu os itens: 3.2. Convênios e parcerias com instituições públicas e privadas, nas suas diversas modalidades de bens e serviços, com o objetivo de retenção dos associados no curto e longo prazo; e 3.3. Aprofundamento do relacionamento com as instituições de ensino superior para que alunos estudantes de economia já se aproximem do Conselho, usufruindo os benefícios oferecidos, tornando seu registro algo natural. Foram considerados assuntos internos do Conselho Regional. O Corecon-CE apresentou o item 3.4. Aprofundamento do acordo do Cofecon com a Ordem dos Economistas de Portugal, iniciado em 2022, para que tanto os economistas portugueses tenham registro no Brasil como os economistas brasileiros em Portugal (União Europeia), a fim de realizar investimentos transcontinentais. O item encontra-se em negociação. *4. Participação dos Corecons nas reuniões do Cofecon.* O Corecon-MS sugeriu o seguinte item sobre o tema: 4.1. Participação dos Corecons em todas as reuniões do Cofecon, sem rodízio. A possibilidade de reuniões em ambiente virtual, de forma remota, possibilita a participação de todos sem representar novas despesas. O fórum aprovou o item. *5. Modernização Tecnológica.* Corecon-MS: 5.1. Disponibilização de emissão de ART no portal do Cofecon; o fórum sugeriu alterar o texto para: 5.1 Criar sistema de emissão online de ART para maior agilidade. Verificar Layout padronizado. Pode ser via Cofecon e/ou Corecon. Corecon-MS 5.2. Renovação da assinatura digital concedida aos Regionais. O fórum complementou o item: 5.2. Renovação da assinatura digital concedida aos Regionais, para dar mais agilidade. *6. Programa de Recuperação de Créditos.* O Corecon-MS sugeriu o item 6.1 Recred para 2023. O Corecon-SE propôs 6.2. Prorrogação do Recred para pagamento de anuidades vencidas até 2021, e o Corecon-SP indicou o item 6.3. Continuidade do Programa Nacional de Recuperação de Créditos (Recred), em 2023. Justificativa: Os significativos resultados positivos obtidos na aplicação dos benefícios oferecidos pelo VIII Recred, indicam que, desde que a gestão da cobrança administrativa e/ou judicial prime pela qualidade, eficiência, eficácia e efetividade, os pressupostos de tal programa servem como fonte substancial de recursos para o funcionamento do Sistema. O Corecon-PA/AP propôs: 6.4. Ativação do programa Nacional de Recuperação de Créditos (Recred). Os itens 6.1, 6.2, 6.3 e 6.4 tratam sobre a continuidade do Recred em 2023. O Corecon-RN propôs 6.5. O Corecon aderiu ao VIII Recred através da Resolução nº 443, de 29 de março de 2022. A partir de então, deu-se início a divulgação do programa através das redes sociais (Facebook e Instagram), e-mails e correspondências. No cenário atual de controle da pandemia da COVID-19, o programa se consolidou como uma importante ferramenta de arrecadação, contribuindo de forma expressiva e relevante para a geração de receita deste regional. Com a mudança de sistema





334 financeiro, de Implanta para BRC, especialmente, no tocante aos novos desafios que são próprios de uma
335 transição de sistema operacional, o Corecon-RN enfrenta dificuldades, desde o processo de emissão de
336 um boleto, passando pela geração de acordos de parcelamentos. Diante dos desafios que são inerentes a
337 uma transição de sistema e da alta demanda de economistas que estão solicitando renegociação, o
338 Corecon-RN está com o tempo de resposta maior. Por isso, solicita a continuidade do Recred, pelo menos
339 para o primeiro trimestre de 2023, já que o programa se demonstra ferramenta importante na condução
340 das negociações, garantindo maiores chances de parcelamentos serem quitados. No que tange o sistema
341 BRC, o item será apreciado conjuntamente no próximo tema. O presidente do Cofecon, Paulo Dantas da
342 Costa informou que o Recred será pautado brevemente. 7. *Sistemas de Informática*. Corecon-MS
343 apresentou o item 7.1 Conciliação Bancária (Cielo e pix), integração do sistema BRC com o Banco do
344 Brasil. O Banco do Brasil no momento tem restrição técnica para implantar pix. O Corecon-PB
345 apresentou o item 7.2. Dificuldades na operacionalização do sistema da BR Conselhos. O Corecon-RS
346 trouxe o item 7.3. Problemas operacionais do Sistema BRC, e o Corecon-GO apontou o item 7.4 Sistema
347 BRC. O fórum concluiu pela troca do sistema da BRC por novo sistema, devido a problemas enfrentados
348 pela totalidade dos Corecons. O Cofecon verificará a possibilidade de autorizar prorrogação de desconto
349 de 10% para fazer chegar boletos devido a problemas no sistema BRC. Após ouvir as ponderações, o
350 vice-presidente do Cofecon, Eduardo Rodrigues da Silva, informou que o trabalho na melhoria do sistema
351 é contínuo. Propôs aos presidentes dos Conselhos Regionais de Economia, na próxima plenária ampliada,
352 relataram a situação e, com o relato, será avaliado se deve ser feita nova contratação de sistema. Lembrou
353 que, com a transição do sistema, acontecerá nova migração e problemas ocorrerão. Entendeu tratar a
354 questão da prorrogação do desconto de 10% de forma pontual e não genérica. Sobre o pagamento via pix
355 (pagamento instantâneo), será providenciado um campo de *QR CODE* no boleto para inserção do pix e,
356 no que tange a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, foi informado que é contemplada a
357 emissão pelo sistema BRC. 8. *Benefícios para os economistas*. O Corecon-MS sugeriu e o fórum retirou o
358 item proposto: 8.1 Adesão ao Coreconprev pelo Cofecon e demais estados, além de outros benefícios aos
359 economistas. 9. *Fiscalização da Profissão*. O Corecon-PB sugeriu o item 9.1: “Definir estratégias de
360 resultados para o exercício da fiscalização”. O fórum dos presidentes aprovou e complementou o item
361 para: 9.1. Definir estratégias de resultados para o exercício da fiscalização. Entre elas criação de CNAE
362 específico para profissão do Economista. Requerer no Anexo III, por ter menor onerosidade no Simples
363 Nacional. 10. *Perícia*. O Corecon-PB, sugeriu sobre o tema: 10.1. Emitir parecer jurídico que subsidie o
364 perito economista na defesa junto aos tribunais quanto à previsão legal para atuação no cálculo e
365 recálculo de causas trabalhistas e previdenciárias. Argumentam os advogados da parte promovida (para
366 retardar os processos) que isso compete apenas aos profissionais atuariais. O fórum dos presidentes
367 complementou o item: 10.1. Emitir parecer jurídico que subsidie o perito economista na defesa junto aos
368 tribunais quanto à previsão legal para atuação no cálculo e recálculo de causas trabalhistas e
369 previdenciárias. Argumentam os advogados da parte promovida (para retardar os processos) que isso
370 compete apenas aos profissionais atuariais. Diferenciar cálculo do plano atuarial, feito por atuário, dos





COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

**Economista
registrado** 
melhor para o Brasil

cálculos de liquidação, onde o Economista tem capacitação. 11. *Acompanhamento de medidas econômicas governamentais.* O Corecon-PB sugeriu duas propostas de pauta. 11.1. Criar uma Comissão apartidária para acompanhamento de medidas econômicas governamentais para emitir notas/pareceres técnicos e subsidiar o para amplo debate da sociedade sobre temas econômicos e relevantes (teto de gastos, reforma trabalhista, juros bancários). O fórum complementou o item: 11.1. Criar uma Comissão apartidária para acompanhamento de medidas econômicas governamentais para emitir notas/pareceres técnicos e subsidiar o para amplo debate da sociedade sobre temas econômicos e relevantes (teto de gastos, reforma trabalhista, juros bancários). Ser pluripartidário. Ter maior diversidade de opinião. Ter o contraponto. Apresentar outras correntes econômicas. 11.2. Trazer as decisões e os resultados econômicos do BRICS para a mesa de debates do Sistema Cofecon/Corecons. O fórum aprovou o item 11.2 na íntegra. 12. *Concurso Público.* O Corecon-RO sugeriu: 12.1. Andamento da proposta de realização de Concurso Público pelo Cofecon. O item foi complementado para: 12.1. Pedido de esclarecimento do andamento da proposta de realização de Concurso Público pelo Cofecon. 13. *Apoio financeiro aos Corecons.* O Corecon-SE sugeriu: 13.1. Aumento do auxílio financeiro concedido pelo Cofecon para reforma da sede e aquisição de mobiliário, com redução da contrapartida. O fórum complementou: 13.1. Aumento do auxílio financeiro concedido pelo Cofecon para reforma da sede e aquisição de mobiliário, com redução da contrapartida. Para conselhos menores R\$ 8.000,00 (oito mil reais) é pouco e a contrapartida é alta. 14. *Legislação Profissional.* O Corecon-SE propôs: 14.1. Anuidade reduzida para economistas aposentados que desejam permanecer filiados ao Regional, mas que não atendem aos requisitos para o “Ativo com desconto especial em função da idade”. O item teve aprovação na sua totalidade pelo fórum dos presidentes. O Corecon-SE também sugeriu: 14.2. Taxa para emissão da ART calculada a partir do valor do projeto. O item foi retirado, pois a lei não permite. O Corecon-SP recomendou os itens a seguir: 14.3. Reestudo da regulamentação sobre as atividades de Agente Autônomo de Investimentos. Justificativa: A CVM, ao criar tal figura, inclusive admitindo a formação de Pessoa Jurídica para realizar as atividades previstas para o Agente Autônomo, supôs que fosse desnecessária a formação superior do profissional, tanto que o requisito escolar se cinge à conclusão do Ensino Médio. O Corecon-SP, nos últimos 7 anos, perdeu o registro de mais de 1.000 pessoas jurídicas, que antes eram caracterizadas como Escritórios de Economia e Finanças, e depois alteraram seu objeto social para a atividade em epígrafe. Igualmente, grande número de Economistas pediu baixa do seu registro, pelo mesmo motivo. Muitos desses Agentes apresentam-se como “Assessor de Investimentos”, o que, ao nosso ver, só é permitido para profissionais de nível superior. No caso, se são Bacharéis em Ciências Econômicas, e não em outras áreas, deveriam estar registrados em Corecon. O Departamento de Fiscalização tem recolhido muita documentação a respeito, em sítios eletrônicos, *Linkedin* e outras fontes, mas nada pode fazer sem regulamentação do Cofecon a respeito; e 14.4. Cancelamento do registro de empresas ou de sócios de empresas com o objeto social genérico, como “Preparação de documentos e serviços combinados de escritório e apoio administrativo”. Justificativa: Analisando, unicamente, os termos adotados no referido objeto social, constatar-se-ia que tais atividades não caracterizam atividades





COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

**Economista
registrado** 
melhor para o Brasil

inerentes à profissão de Economista. Todavia, aprofundando a análise de tais termos, observa-se que ele diz pouco, ou nada, sobre o que, de fato, é atividade desenvolvida pela empresa. O Corecon-SP vem perdendo cerca de 100 registros de Pessoa Jurídica por ano, sob tal argumento, e grande número de registros de Economistas, que são seus sócios. Por meio de consulta aos sítios eletrônicos, ao LinkedIn e a outras fontes, conseguimos constatar que, apesar de ter sido cancelado o registro, a sociedade continua a prestar serviços próprios de Economista. O Departamento de Fiscalização toma as providências previstas nas normas do Cofecon. O documento anexo exemplifica o caso: houve alteração de objeto social, mas as atividades desenvolvidas pela sociedade são pertencentes ao rol daquelas previstas para os Economistas. Pede-se ao Cofecon reestudo das normas que se referem aos objetos sociais vagos e imprecisos, exigindo-se documentos adicionais que, de fato, comprovem o não-exercício de atividades próprias da nossa categoria. O fórum dos presidentes apoiou os itens. Dentro do mesmo tema, o Corecon-PA/AP recomendou o item 14.5. Parcelamento das anuidades em 6 vezes. O fórum de presidentes entendeu que se deve estudar as formas de parcelamento das anuidades em mais vezes. O vice-presidente do Cofecon, Eduardo Rodrigues da Silva, informou que essa questão será estudada. **15. Assessoria Parlamentar para o Cofecon.** Proposta do Correcon-SP, 15.1. Contratação de Assessoria Parlamentar pelo Cofecon. Justificativa: O protagonismo do Congresso Nacional nas decisões mais importantes sobre todas as áreas da vida humana, inclusive na de trabalho, vem crescendo desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, acentuando-se nas últimas duas décadas. A atuação de empresa que se dedica ao acompanhamento das matérias de interesse da classe dos Economistas e à facilitação de acesso ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, às suas Comissões e aos seus integrantes, seja para audiências privados ou públicas, torna-se quase que imprescindível. A experiência que o Cofecon teve com essa assessoria, há cerca de uma década, pode demonstrar o valor dela. Destaque-se que a contratação, salvo engano, pode ser feita simultaneamente por mais de um Conselho, se o porte de cada um não exigir assessor parlamentar exclusivo e desde que não se revelem conflitos de interesses entre as profissões. Ou, então, é possível a contratação por tempo parcial, reduzindo custos. O fórum dos presidentes entendeu que o item tem pertinência. **Novo – Currículo de Economia.** O Fórum dos presidentes sugeriu a criação de grupo de estudo dos currículos, introduzindo disciplinas que contemplem as necessidades do mercado, tais como ciência de dados econômicos e financeiros, Econometria, entre outras. **6. Economia em Debate.** Tema: "Medidas de Recuperação Fiscal". Debatedor: Júlio Miragaya, conselheiro federal e integrante da Comissão de Política Econômica do Cofecon. Abertura: Paulo Dantas da Costa, presidente do Cofecon. Apresentação: Fernando de Aquino Fonseca Neto, coordenador da Comissão de Política Econômica do Cofecon. (áudio, manhã, 28.01.2023 – 00:00:22 – 01:58:34). **7. Nota Oficial.** 7.1. *Nota Oficial sobre Conjuntura Econômica;* o coordenador da comissão de política econômica, Fernando de Aquino Fonseca Neto, conduziu o item passando a palavra para o conselheiro suplente e membro da comissão de política econômica, Júlio Miragaya para exposição da minuta de nota, que foi apresentada, discutida e ajustada. A nota recebeu 11(onze) votos favoráveis e 05(cinco) votos contrários, com 1(uma) ausência, sendo





445 aprovada nos seguintes termos: “Fortalecer a democracia, condição para reduzir a
446 desigualdade social. O Conselho Federal de Economia, reunido em sua primeira plenária de
447 2023, vem se manifestar perante os economistas e o povo brasileiro em face aos recentes
448 acontecimentos que mobilizaram a atenção nacional e propugnar por medidas para
449 fortalecimento da democracia e redução da desigualdade social. Em 8 de janeiro de 2023
450 ocorreu em Brasília um dos mais tristes episódios de nossa história: a invasão da icônica
451 Praça dos Três Poderes, e a ocupação e depredação das sedes dos três poderes da República:
452 o Palácio do Planalto, o Palácio do STF e o Congresso Nacional. Este perverso episódio foi a
453 consequência de sistemáticos ataques ao Estado Democrático de Direito que vêm assolando o
454 país nos últimos quatro anos, e que tiveram início com a desmesurada incursão de militares
455 fora de sua alçada, notadamente a nomeação de cerca de 8 mil militares para cargos civis,
456 muitos sem a devida capacitação. Esse quadro se aprofundou com os absurdos
457 questionamentos ao processo eleitoral conduzido pela Justiça Eleitoral, em particular às
458 urnas eletrônicas, o que deu margem à não aceitação, por milhares de pessoas, do resultado
459 eleitoral, propiciando a formação de dezenas de acampamentos nas portas dos quartéis,
460 exigindo intervenção militar. O episódio do dia 8 de janeiro foi precedido de outros, que
461 apontavam para o acirramento da situação, como o ataque às instalações da sede da PF e a
462 tentativa de explosão de um caminhão-tanque no aeroporto da cidade. Não houve, da parte
463 dos comandantes militares, ações para a desmontagem desses acampamentos. No fatídico 8 de
464 janeiro o comando do Exército não acionou o Batalhão da Guarda Presidencial para proteger
465 o Palácio do Planalto e impediu que a PM do DF, já sob intervenção federal, cumprisse a
466 ordem de prisão dos vândalos que haviam retornado ao acampamento. Paralelamente, a
467 Polícia Federal investiga a autoria da minuta de um decreto presidencial que instalaria o
468 estado de defesa no TSE e instituiria uma “Comissão de Regularidade Eleitoral” com a
469 finalidade de “apurar a conformidade e legalidade do processo eleitoral”, uma primeira
470 tentativa de impedir a posse do presidente eleito. Destacamos que não compete às FFAA a
471 garantia da democracia no Brasil, como se tenta popularizar, sendo essa garantia fruto da
472 participação popular e social, por parte dos titulares constitucionais do Estado Democrático,
473 e do sistema de pesos e contrapesos estabelecido entre os três poderes da República, não
474 sendo as FFAA um quarto poder, e sim subordinadas a um deles, o Executivo. Ao iniciar 2023,
475 o quadro econômico e social brasileiro é crítico, com gastos sociais fortemente comprimidos,
476 dívida pública bruta em quase 80% do PIB, pressão inflacionária e elevada taxa de juros
477 inibindo o crescimento econômico. No cenário social praticamente todas as políticas públicas
478 implementadas nos últimos 20 anos foram desmontadas, com caos nas áreas de saúde,
479 educação, habitação, além do descalabro ambiental e a volta da fome. Para fazer frente à
480 necessária expansão dos gastos sociais e investimentos em infraestrutura, o governo terá que
481 buscar recursos, e para não elevar a carga de tributos sobre os trabalhadores e a classe





COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

**Economista
registrado** 
melhor para o Brasil

média, não resta alternativa que aumentar a tributação sobre os mais ricos. Desde o início da pandemia, os 10 maiores bilionários do mundo dobraram suas fortunas, enquanto centenas de milhões migraram para baixo da linha de pobreza. Segundo relatório da Oxfam, um pequeno aumento da tributação dos mais ricos geraria uma receita de US\$ 2,52 trilhões anuais, suficientes para tirar 2,3 bilhões de pessoas da pobreza extrema. E o Brasil permanece entre os países mais desiguais do planeta. Para refrear tamanha desigualdade, que aumentou substantivamente nos últimos 8 anos, o Cofecon e a Oxfam Brasil lançaram em 2016 a “Campanha pela Redução da Desigualdade Social no Brasil”, constituindo um fórum com mais de 30 instituições, tendo como eixo central da campanha a adoção de um modelo tributário assentado na progressividade (os mais ricos pagam mais), pois reforma tributária que apenas simplifique a estrutura nada resolve. Tributando, por exemplo, lucros e dividendos, o potencial arrecadatário anual supera R\$ 120 bilhões. Mas poderosos agentes econômicos, agrupados no chamado “mercado”, buscam impor seus interesses, absolutamente antagônicos aos da maioria da população, criticando a anunciada mudança na política de preços da Petrobras, a suspensão do plano de privatização de estatais e a PEC dos Investimentos Sociais”.

8. Continuação Ordem do Dia. 8.1. Calendário de Sessões Plenárias e eventos do Sistema Cofecon/Corecons para o exercício de 2023 (Processo nº 20.353/2022); o presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, apresentou a proposta de calendário que foi aprovada com as seguintes datas: - 26 de janeiro, solenidade de Posse da nova diretoria do Cofecon, entrega das honrarias 2022: Prêmio Paul Singer, Personalidade Econômica, Destaque Econômico, Mulher Economista e Mulher Transformadora, realizada em Brasília-DF em formato híbrido; - 27 e 28 de janeiro, 719ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Conselho Federal de Economia, a ser realizada em Brasília-DF em formato híbrido; - 16 de fevereiro, 720ª Sessão Plenária Extraordinária do Conselho Federal de Economia, em formato virtual via aplicativo zoom; - 10 e 11 de março, 721ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia, a ser realizada em Brasília-DF, em formato híbrido; - 19 e 20 de maio, 722ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia, a ser realizada em Brasília-DF em formato híbrido; - 6 e 7 de julho, 13º Eneoste - Encontro dos Economistas da Região Centro-Oeste, a se realizar em Goiânia-GO; - 28 e 29 de julho, 723ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia, a ser realizada em Brasília-DF, em formato híbrido; - 30 e 31 de agosto, 27º Enesul – Encontro dos Economistas da Região Sul, a se realizar em Curitiba-PR; - XXXII ENE – Encontro dos Economistas da Região Nordeste, a definir; - VII Enesudeste – Encontro dos Economistas da Região Sudeste, a definir; - 29 e 30 de setembro, 724ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia, a ser realizada em Brasília-DF, em formato híbrido; - Encontro de Funcionários do Sistema Cofecon/Corecons; XXV Congresso Brasileiro de Economia; XII Gincana Nacional de Economia; XXIX Prêmio Brasil de Economia e 725ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Conselho Federal de Economia, a definir; - 30 de novembro, 726ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia, a ser realizada em Brasília-DF, em formato híbrido; - 1º de dezembro, Assembleia de Delegados Eleitores, a ser realizada





em Brasília-DF, em formado híbrido; e – 08 e 09 de dezembro, 727ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia, a ser realizada em Brasília-DF, em formado híbrido; 8.2. *Regulamento do 8º Desafio Quero ser Economista 2023 (Processo nº 20.386/2023)*; a relatora, conselheira Maria de Fátima Miranda apresentou a minuta do regulamento, que se diferencia do regulamento anterior apenas em questão de forma e não de conteúdo. A minuta foi distribuída e, após o relato, aprovada por unanimidade. **9. Processos Administrativos. 9.1. Processos de Registro Profissional.** O coordenador da comissão de fiscalização e registro profissional, Paulo Roberto Polli Lobo, apresentou os seguintes processos para homologação: *Recurso conhecido e não provido contra obrigatoriedade de registro.* - Processo: 20.212/2022 (Corecon-SP), Interessada: CL Assessoria Financeira e Participações Ltda; e - Processo: 20.257/2022 (Corecon-SP), Interessado: Fortezza Assessoria Financeira Ltda. *Recurso conhecido e não provido de Remissão de Débitos:* Processo: 20.382/2023 (Corecon-RJ), Processo: 20.382/2023 (Corecon-RJ). *Recurso conhecido e não provido de Cancelamento de Registro:* Processo: 20.383/2023 (Corecon-RJ), Interessado: Rachel Silveirinha Correa. *Recurso conhecido e provido de Cancelamento de Registro:* Processo: 20.167/2023 (Corecon-RJ), Interessado: Edson Ferreira de Souza Filho. Processos colocados em votação e aprovados por unanimidade. Comissão de Governança: planejamento estratégico, transparência e LGPD. O Coordenador da comissão de Governança, Clovis Benoni Meurer apresentou os seguintes projetos de modernização tecnológica para apreciação do plenário: - Processo: 20.274/2022 (Corecon-MS), Auxílio Financeiro: Modernização Tecnológica, Auxílio Financeiro: Modernização Tecnológica; - Processo: 20.270/2022 (Corecon-MG), Auxílio Financeiro: Modernização Tecnológica, Valor solicitado: R\$ 4.000,00 e - Processo: 20.343/2022 (Corecon-SP), Auxílio Financeiro: Modernização Tecnológica, Valor solicitado: R\$ 2.400,00. Os processos de modernização tecnológica dos Corecons: SP, MG e MS foram apresentados e aprovados por unanimidade. **10. Outros Assuntos.** O conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda informou que foi convidado a participar do seminário *on-line internews*, com o tema “O que esperar de 2023?”, que acontecerá no dia 06 de fevereiro, e disponibilizou um convite para quem desejar participar. A conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva mencionou interesse em assistir. O conselheiro federal Clovis Benoni Meurer solicitou que o calendário de reuniões plenárias aprovado seja enviado por meio do aplicativo do *Outlook*. O vice-presidente Eduardo Rodrigues da Silva relatou sobre a necessidade de sua intervenção na reunião ampliada ao tratar do sistema da BRC e sugeriu uma deliberação visando não prejudicar o economista que não venha a pagar a anuidade por questões de problemas com erro cadastral no sistema da BRC. O conselheiro federal Paulo Roberto Polli Lobo sugeriu a prorrogação do pagamento da anuidade com desconto, até o dia 28 de fevereiro. O vice-presidente Eduardo Rodrigues da Silva entende que alguns Conselhos Regionais de Economia não conseguiram atualizar a base cadastral e, por essa razão, serão analisados casos específicos e pontuais. **11. Encerramento.** O presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, agradeceu a presença de todos e, às 11h55, deu por encerrados os trabalhos, dos quais eu, Jane Lopes da Silva, lavrei a presente





COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

**Economista
registrado** 
melhor para o Brasil

555 Ata que, lida e achada conforme, vai assinada por mim e pelo presidente da Sessão. Brasília, 28 de janeiro
556 de dois mil e vinte e três.

557

558 **Econ. Paulo Dantas da Costa**

Jane Lopes da Silva

559 Presidente do Cofecon

Secretária *ad hoc*

